

Ventos de São Tomé Holding S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º
80410-180 - Curitiba, PR - Brasil
Caixa Postal 13533
80420-990 - Curitiba, PR - Brasil

Central Tel 55 (41) 3544-4747
Fax 55 (41) 3544-4750
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Ventos de São Tomé Holding S.A.
Maracanaú - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Tomé Holding S.A. (“Companhia”), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Ventos de São Tomé Holding S.A. em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Curitiba, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Marcello Palamartchuk
Contador CRC PR-049038/O-9

Ventos de São Tomé Holding S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais / mil)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014	2015	2014
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	212.148	60.424	212.880	Fornecedores		2.883	8	78.429	234.889
Títulos e créditos a receber - partes relacionadas	5	83.552	128.050	48.773	7.447	Empréstimos e financiamentos	8	25.605	-	25.605	-
Depósito judicial		-	-	25	-	Debêntures	8	95.533	-	95.533	-
Adiantamentos diversos		1	2	86	15	Obrigações fiscais		60	137	8.045	420
Impostos a recuperar		2.953	2.155	4.727	2.353	Obrigações trabalhistas		-	-	70	-
Despesas antecipadas		-	-	106	468	Obrigações a pagar		-	-	981	80
		<u>86.516</u>	<u>342.356</u>	<u>114.141</u>	<u>223.163</u>			<u>124.082</u>	<u>145</u>	<u>208.663</u>	<u>235.389</u>
Não circulante						Não circulante					
Depósito judicial		-	-	165	165	Empréstimos e financiamentos	8	594.965	480.453	594.965	480.453
Títulos e créditos a receber - partes relacionadas	5	440.637	-	-	-	Debêntures	8	-	-	-	-
Investimentos	7	365.840	312.027	-	-	Outras obrigações		-	-	-	11.793
Imobilizado	6	-	-	866.104	681.120	Provisão para perdas com investimento		-	-	3.082	3.027
Intangível		-	-	246	1			<u>594.965</u>	<u>480.453</u>	<u>598.047</u>	<u>495.273</u>
		<u>806.477</u>	<u>312.027</u>	<u>866.515</u>	<u>681.286</u>	Patrimônio líquido					
						Capital social	9	207.496	198.172	207.496	198.172
						Prejuízos acumulados		<u>(33.549)</u>	<u>(24.386)</u>	<u>(33.549)</u>	<u>(24.385)</u>
								<u>173.947</u>	<u>173.786</u>	<u>173.947</u>	<u>173.787</u>
Total do ativo		<u>892.993</u>	<u>654.384</u>	<u>980.656</u>	<u>904.449</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>892.993</u>	<u>654.384</u>	<u>980.656</u>	<u>904.449</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tomé Holding S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais / mil)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	12	-	-	46.791	-
Custos dos serviços prestados	13	-	-	(13.211)	-
Lucro bruto		-	-	33.580	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(3.517)	(470)	(14.207)	(7.669)
Despesas tributárias	14	(388)	-	(603)	-
Resultado de equivalência patrimonial	7	9.625	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		5.720	(470)	18.770	(7.669)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15	12.769	10.288	6.872	10.353
Despesas financeiras	15	(27.652)	(24.115)	(27.889)	(24.774)
Outras despesas financeiras		-	(10.088)	-	(2.294)
		(14.883)	(23.915)	(21.016)	(16.716)
Resultado antes dos impostos		(9.163)	(24.385)	(2.246)	(24.385)
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	-	-	(6.917)	-
Prejuízo do exercício		(9.163)	(24.385)	(9.163)	(24.385)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tomé Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais / mil)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Resultado do exercício	(9.163)	(24.385)	(9.163)	(24.385)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(9.163)</u></u>	<u><u>(24.385)</u></u>	<u><u>(9.163)</u></u>	<u><u>(24.385)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tomé Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais / mil)

		Controladora			
	Notas	Capital Social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014		10	(6)	(2)	2
Subscrição de capital	9	214.010	(214.010)	-	-
Integralização de capital	9	-	198.168	-	198.168
Prejuízo do exercício		-	-	(24.385)	(24.385)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>214.020</u>	<u>(15.848)</u>	<u>(24.386)</u>	<u>173.786</u>
Subscrição de capital	9	13.460	(13.460)	-	-
Integralização de capital	9	-	9.324	-	9.324
Prejuízo do exercício	11	-	-	(9.163)	(9.163)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>227.480</u>	<u>(19.984)</u>	<u>(33.549)</u>	<u>173.947</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Tomé Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em Reais / mil)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo do exercício	(9.163)	(24.385)	(9.163)	(24.385)
Resultado com equivalência patrimonial	(9.625)	-	-	-
Provisões para perdas com investimento	-	-	-	3.027
Depreciação e amortizações	559	-	10.654	-
Juros sobre empréstimos	27.092	-	27.330	-
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Aumento) em títulos e créditos a receber	(396.139)	(128.050)	(41.326)	(7.447)
(Aumento) Redução em adiantamento diversos	235	(2)	(71)	(15)
(Aumento) em impostos a recuperar	(798)	(2.155)	(2.374)	(2.353)
Redução (Aumento) em despesas antecipadas	-	-	362	(468)
(Aumento) em depósito judicial	(798)	-	(25)	(165)
(Redução) Aumento em fornecedores	2.875	8	(156.460)	234.889
Aumento (Redução) em obrigações fiscais	(76)	137	1.093	420
Aumento em outras obrigações a pagar	-	-	971	80
(Redução) Aumento em outras obrigações	-	-	(11.296)	11.793
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	6.533	-
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(385.839)	(154.448)	(173.773)	215.376
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				
Aquisição imobilizado	-	-	(174.524)	(681.120)
Aumento em investimentos	(22.386)	(312.027)	-	-
Aquisição intangível	-	-	(245)	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(22.386)	(312.027)	(174.769)	(681.121)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento				
Integralização de capital	9.324	198.168	9.324	198.172
Emissão de debêntures	90.379	-	90.379	-
Captação de empréstimos e financiamentos	96.384	480.453	96.384	480.453
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	196.086	678.621	196.086	678.625
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(212.138)	212.146	(152.456)	212.880
Demonstração da (Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	212.148	2	212.880	-
No fim do exercício	10	212.148	60.424	212.880
(Redução) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	(212.138)	212.146	(152.456)	212.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais/mil)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 30 de novembro de 2011 e entrou em operação comercial a partir de 25 de dezembro de 2015, conforme Despacho 4.139 da ANEEL de 24 de dezembro de 2015.

A Companhia tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de : a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O projeto Caetés (Controladas - Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A., e Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.), possui capacidade instalada de 181,9 MW, e entrou em operação em 25 de dezembro de 2015.

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Controladas	% de participação	% de participação
Brígida I	100%	100%
Brígida II	100%	100%
Brígida III	100%	100%
Brígida IV	100%	100%
Brígida V	100%	100%
Brígida VI	100%	100%
Brígida VII	100%	100%

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações entre entidades, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. Os lucros e prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros não derivativos são classificados como passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos

os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) *Ativos financeiros não derivativos - Mensuração*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos - Mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) **Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no patrimônio líquido quando pagos, ou na data em que é aprovado pelo Conselho de Administração.

2.6 Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais

que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos (debêntures) sobre ativos qualificáveis e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Aerogeradores	20 anos
Linhas de transmissões	20 anos
Obras civis	20 anos
Subestações elétricas	20 anos
Custos sobre empréstimos	20 anos

2.8 Ativos Arrendados

Os ativos mantidos pela Companhia sob arrendamento não transferem para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade e são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

2.11 Novas normas ainda não adotadas

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma

abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios)
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (alterações do CPC 19 / IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimentos esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são

estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2015 e 2014 exposições financeiras atreladas a moeda estrangeira.

Os contratos de construção firmados pelas controladas relacionados ao CAPEX (Capital expenditure) estão atrelados em moeda nacional e portanto, não há exposição de variação cambial nessas operações.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

4 Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fundo fixo			3	4
Bancos	9	25	103	28
Aplicações financeiras (a)	1	212.123	60.318	212.848
	10	212.148	60.424	212.880

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Banco Santander e BTG Pactual, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 101% CDI e com vencimento para 29 de fevereiro de 2016 referente as aplicações do BTG Pactual, com taxa 101% CDI e com vencimento para 20 de janeiro de 2035 referente as aplicações do Santander e taxa de 106% CDI referente as aplicações do Daycoval e com vencimento para 20 de janeiro de 2017.

5 Títulos e créditos a receber - partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
CCEE (b)	-	-	48.773	7.447
Brigida I (a)	39.153	8.567	-	-
Brigida II (a)	80.897	20.430	-	-
Brigida III (a)	81.689	22.001	-	-
Brigida IV (a)	79.918	16.911	-	-
Brigida V (a)	82.319	19.603	-	-
Brigida VI (a)	86.949	18.327	-	-
Brigida VII (a)	73.265	22.210	-	-
	524.189	128.050	48.773	-

- (a) Os créditos a receber registrados pela Companhia decorrem da antecipação de recebíveis efetuados às suas investidas. Essa antecipação de recebíveis ocorreu em função do instrumento da cessão de direitos de créditos para a controladora sobre os valores a receber de suas investidas em face dos contratos firmados junto a CCEE (Camara de Comercialização de Energia Elétrica) para recebimento de receita fixa de energia elétrica junto a rede nacional e de acordo com o leilão 005/2013 promovido pela Aneel.
- (b) O crédito a receber registrado no consolidado, refere-se a receita de energia elétrica gerada (antecipadas pela controladora) e seus prazos de vencimentos para repasses são de janeiro de 2016 a dezembro de 2033.

6 Imobilizado

Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Imobilizado em andamento (a)	-	-	-	308.814
Condomínio caetés	-	-	-	4.346
Adiantamento diversos (b)	-	-	22.292	367.878
Linhas de transmissão (d) (e)	-	-	15.824	-
Torres de geração de energia eólica (d) (e)	-	-	10.896	-
Obras civis (d) (e)	-	-	191.659	-
Máquinas e Equipamentos (d) (e)	-	-	581.101	-
Imobilizado (e)	-	-	144	82
Encargos sobre empréstimos (c) (e)	-	-	44.188	-
	-	-	866.104	681.120

- (a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.
- (b) Os adiantamentos decorrem da aquisição de aerogeradores e demais equipamentos relacionados ao parque eólico junto aos fornecedores.
- (c) Os encargos financeiros sobre empréstimos dos custos dos juros diretamente atribuíveis aos ativos em construção são capitalizados e incluídos nos custos destes ativos. A capitalização dos custos de financiamento encerra quando todas as atividades necessárias ao preparo do ativo qualificável para o seu uso estão substancialmente concluídas. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no resultado do exercício.

- (d) A Administração da Companhia através de seu corpo de engenharia está em processo de realização do regime de unitização e cadastramento simultâneo das imobilizações em curso para as imobilizações em serviço conforme determina o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.
- (e) O ativo imobilizado está em sua totalidade integrado às garantias de ações das SPEs (investidas) do Grupo, por meio de contratos de empréstimos e financiamentos firmados junto ao BNDES e demais instituições financeiras conforme destacados na Nota explicativa 9.

Movimentação do imobilizado

Consolidado					
	Saldo em	Adições	Transferência	Depreciação	Saldo em
	01/01/2015		/ Baixas		31/12/2015
Imobilizado	82	76	-	(14)	144
Imobilizado em andamento	308.814	-	(308.814)	-	-
Condomínios	4.346	-	(4.346)	-	-
Adiantamentos diversos	367.878	22.292	(367.878)	-	22.292
Linhas de transmissão	-	16.024	-	(200)	15.824
Torres de geração de energia eólica	-	11.011	-	(115)	10.896
Obras civis	-	-	194.070	(2.411)	191.659
Máquinas e equipamentos	-	105.834	482.622	(7.355)	581.101
Encargos sobre empréstimos	-	44.747	-	(559)	44.188
Total	681.120	199.984	(4.346)	(10.654)	866.104

7 Investimentos

A empresa possui investimentos em Companhias eólicas realizados através de aportes de capital, abaixo estão relacionados os investimentos nas controladas:

2015					
	31/12/2015	Controladora			
Companhia	Participação	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Investimento (a)	Equivalência
Brigida I	100%	22.110	851	24.862	851
Brigida II	100%	48.873	2.634	55.041	2.634
Brigida III	100%	48.684	2.608	54.846	2.608
Brigida IV	100%	44.552	2.850	50.172	2.850
Brigida V	100%	52.637	1.955	59.306	1.955
Brigida VI	100%	48.359	2.957	54.458	2.957
Brigida VII	100%	59.519	(4.230)	67.154	(4.230)
Total				365.840	9.625

- (a) O saldo de investimento é composto também pelos custos de empréstimos que são atribuíveis diretamente à aquisição das Companhias eólicas.

Movimentação dos investimentos

Investidas	31/12/2014	Aumento / (redução)	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2015
Brigida I	21.003	3.008	851	24.862
Brigida II	45.756	6.651	2.634	55.041
Brigida III	45.613	6.625	2.608	54.846
Brigida IV	41.260	6.062	2.850	50.172
Brigida V	50.190	7.161	1.955	59.306
Brigida VI	44.922	6.579	2.957	54.458
Brigida VII	63.283	8.101	(4.230)	67.154
Total líquido do investimento	312.027	44.187	9.625	365.840

8 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa de juros	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
Empréstimos (a)	2,4% a.a + TJLP	620.570	480.453	620.570	480.453
Debêntures (b)	8,8593% a.a + IPCA	95.533	-	95.533	-
		716.103	480.453	716.103	480.453

- (b) A companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste denominados de financiamento de longo prazo.

O financiamento de longo prazo com o BNDES está garantido pela totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas SPEs. As SPEs obrigam-se a ceder fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda futura de energia elétrica que será produzida pelas Companhias e ainda, os direitos de crédito decorrentes do CONTRATO DE ENERGIA DE RESERVA celebrado entre as SPEs e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. O financiamento com o BNDES possui vencimento em parcelas mensais consecutivas iniciando em maio de 2016 até abril de 2032. O contrato de empréstimo também prevê cláusulas restritivas, que podem exigir que a Companhia pague o empréstimo antes da data indicada acima. Em 31 de dezembro de 2015, tais cláusulas foram atendidas pela Companhia.

- (c) A companhia possui contrato de instrumento particular de escritura de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

As Debêntures possuem data final de vencimento em 15 de julho de 2016.

8.1 Covenants

A Companhia contratou financiamento com cláusulas restritivas de determinadas condições a serem observadas, tal como:

- (a) Redução do quadro de pessoal das SPEs sem o atendimento ao disposto no inciso III da cláusula décima terceira e no inciso III da cláusula décima quinta;

- (b) Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão de práticas de trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- (c) Inclusão das SPEs ou BENEFICIÁRIA em acordo societário, estatuto ou contrato social ou das empresas que as controlam sem a anuência do BNDES;
- (d) Falsidade sobre os direitos creditórios a serem posteriormente oferecidos ao BNDES;
- (e) Constituição de penhor ou gravame, sobre quaisquer direitos creditórios oriundos do projeto;
- (f) Não renovação, cancelamento, revogação, intervenção, extinção ou suspensão das autorizações e/ou licenças expedidas pela ANEEL;
- (g) Modificação do controle efetivo, direto ou indireto, de qualquer uma das SPEs ou BENEFICIÁRIA sem anuência do BNDES;
- (h) Existência de ato definitivo de autoridade administrativa ou decisão judicial que impeça a conclusão ou continuidade do Projeto;
- (i) Homologação de plano de recuperação extrajudicial, deferimento de recuperação judicial ou falência a qualquer uma das SPEs ou BENEFICIÁRIA;
- (j) Alteração da finalidade e escopo do Projeto sem anuência do BNDES;
- (k) Vencimento antecipado de qualquer financiamento celebrado entre a BENEFICIÁRIA e empresas do mesmo grupo;
- (l) Hipótese de declaração de vencimento antecipado de qualquer instrumento firmado mesmo que o BNDES não faça parte do contrato, podendo afetar a implantação e/ou operação do Projeto;
- (m) Declaração de vencimento das debêntures na forma da cláusula décima quarta;
- (n) Não renovação das cartas de fiança mencionadas na cláusula vigésima primeira.

O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas.

9 Patrimônio líquido

O capital social subscrito é de R\$ 227.480 e está representado por 227.480 (duzentos e vinte e sete milhões e quatrocentos e oitenta mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

O capital social integralizado é de R\$ 207.496 e está representado por 207.496 (Duzentos e sete milhões, quatrocentos e noventa e seis mil e quarenta e dois) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

a. Aumento de capital

De acordo com a AGE do dia 14 de setembro de 2015 foi subscrito capital no montante de R\$ 9 em sua totalidade. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

De acordo com a AGE do dia 16 de dezembro de 2015 foi subscrito e integralizado capital no montante de R\$ 214 em sua totalidade com moeda funcional da empresa com entrada em caixa e equivalente de caixa. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

De acordo com a AGE do dia 17 de dezembro de 2015 foi subscrito capital no montante de R\$ 13.460 em sua totalidade. Esta AGE está devidamente registrada na junta comercial.

No exercício de 2015, além dos atos societários apresentados acima, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 9.110.

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, está destacada: (i) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável.

c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

10 Imposto de renda e contribuição social

Lucro Real (consolidado)

	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(2.246)
Imposto de renda e contribuição social, pela alíquota nominal de 34%	<u>764</u>
Efeitos fiscais sobre:	
- Equivalência patrimonial	(3.273)
- Outras adições	<u>(4.408)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>(6.917)</u>
Alíquota efetiva - %	(307,97%)

11 Prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a companhia possuía saldos de prejuízos fiscais a compensar de R\$ 9.163 e R\$ 24.385, respectivamente.

12 Receitas operacionais

A receita inclui os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado não são benefícios econômicos que fluam para a entidade e não resultam em aumento do patrimônio líquido. Portanto, são excluídos da receita.

A empresa começou suas operações em dezembro de 2015 e portanto, passou a registrar receitas a partir desse período.

As receitas operacionais da Companhia são decorrentes de entrega de energia no mercado ativo mantido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e estão assim representadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Energia elétrica - Geração própria	-	-	48.564	-
PIS	-	-	(316)	-
COFINS	-	-	(1.457)	-
	-	-	46.791	-

13 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Encargos de transmissão e conexão	-	-	(1.222)	-
Manutenção e operação de turbinas	-	-	(405)	-
Gastos com pessoal	-	-	(635)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(868)	-
Depreciação	-	-	(10.081)	-
	-	-	(13.211)	-

14 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Serviços com terceiros	(471)	-	(3.097)	-
Seguros	-	-	(1.645)	-
Viagens, diárias e ajuda de custos	(68)	-	(211)	-
Tributos	(388)	-	(603)	-
Depreciação	-	-	(14)	-
Gastos diversos	(2.978)	-	(8.771)	-
Indenizações	-	-	(469)	-
Outras despesas gerais	-	(470)	-	(7.669)
	(3.905)	(470)	(14.810)	(7.669)

15 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas financeiras				
Receitas de juros sobre cessão de direito creditório	12.769	233	-	233
Juros e descontos recebidos e/ou auferidos	-	1	-	-
Rendimentos aplicações financeira	-	10.054	6.872	10.119
	12.769	10.288	6.872	10.353
Despesas financeiras				
Juros e comissões	(7.033)	-	(7.053)	-
Taxas e tarifas bancárias	(1.240)	(35)	(1.360)	-
Juros debentures	(5.154)	-	(5.154)	-
Multas	(2)	-	(69)	-
IOF	-	-	(26)	-
Juros pagos e/ou incorridos	(13.664)	(24.080)	(13.668)	(24.774)
Amortização custos com empréstimos (a)	(559)	-	(559)	-
	(27.652)	(24.115)	(27.889)	(24.774)
	(14.883)	(13.827)	(21.017)	(14.421)

(a) Capitalização de juros e custos de emissão são custos financeiros que durante o período de construção foram capitalizados no ativo imobilizado líquido das despesas financeiras.

16 Provisões para demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

17 Cobertura dos seguros

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 901.515 e para responsabilidade civil era de R\$ 10.000.

18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2015	Ativos	Passivos	Resultado
Titulos de créditos a receber (a)	646.611	-	-
Receitas futuras (a)	-	598.138	-
Compartilhamento de despesas (b)	-	-	7.411
Total	646.611	598.138	7.411

Em 31 de dezembro 2014	Ativos	Passivos	Resultado
Titulos de créditos a receber (a)	135.497	-	-
Receitas futuras (a)	-	135.497	-
Total	135.497	135.497	-

- (a) Os valores a receber registrados pela Companhia decorrem da antecipação de recebíveis efetuados às suas investidas. Essa antecipação de recebíveis ocorreu em função da compra de cessão de direitos de créditos sobre os valores a receber de suas investidas em face dos contratos firmados junto a CCEE (Camara de Comercialização de Energia Elétrica) para recebimento de receita fixa de energia elétrica junto a rede nacional e de acordo com o leilão 005/2013 promovido pela Aneel.
- (b) A Companhia possui saldo no valor de R\$ 7.411 referente a despesas incorridas pela própria companhia e pago pela Casa dos Ventos para o desenvolvimento e manutenção no suporte de gerenciamento conforme descrito em contrato assinado pelas partes.

19 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Instrumentos Financeiros por Categoria

	2015		2014	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros
<i>Ativos financeiros:</i>				
Controladora				
Caixas e equivalentes de caixa	10	-	212.148	-
Direitos com partes relacionadas	83.552	-	128.050	-
Consolidado				
Caixas e equivalentes de caixa	60.424	-	212.880	-
Direitos com partes relacionadas	48.773	-	7.447	-
<i>Passivos financeiros:</i>				
Controladora				
Fornecedores	-	2.883	-	8
Empréstimos e financiamentos	-	620.570	-	-
Debêntures	-	95.533	-	-
Consolidado				
Fornecedores	-	78.429	-	234.889
Empréstimos e financiamentos	-	620.570	-	-
Debêntures	-	95.533	-	-

b. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2015		2015		2014		2014	
	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)	Valor contábil	Valor de mercado (não auditado)
Caixas e equivalentes de caixa	10	10	60.424	60.424	212.148	212.148	212.880	212.880
Direitos com partes relacionadas	83.552	83.552	48.773	48.773	128.050	128.050	7.447	7.447
Fornecedores	2.883	2.883	78.429	78.429	8	8	234.889	234.889
Empréstimos e financiamentos	620.570	620.570	620.570	620.570	-	-	-	-
Debêntures	95.533	95.533	95.533	95.533	-	-	-	-
Total	802.548	802.548	903.730	903.730	340.206	340.206	455.216	455.216

c. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2015	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais			
		Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos					
Controladora					
Fornecedores e outras contas a pagar	2.883	2.883	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	620.570	25.605	38.786	116.357	439.823
Debêntures	95.533	95.533	-	-	-
Total	718.986	124.021	38.786	116.357	439.823
Consolidado					
Fornecedores e outras contas a pagar	78.429	78.429	-	-	-
Empréstimos bancários garantidos	620.570	25.605	38.786	116.357	439.823
Debêntures	95.533	95.533	-	-	-
Total	794.532	199.567	38.786	116.357	439.823